



**Câmara Municipal
de Oeiras**

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 14 DE FEVEREIRO DE 2024

ATA NÚMERO CINCO/DOIS MIL E VINTE E QUATRO

ÍNDICE

- 1 - ABERTURA E ORDEM DE TRABALHOS**
- 2 - PROPOSTA N.º. 91/24 - DOT - PLANO DE PORMENOR NORTE DE CAXIAS - ADITAMENTO ÀS PD N.º. 52/2024 E PD N.º. 53/2024 APROVADAS NA REUNIÃO DE CÂMARA EXTRAORDINÁRIA PÚBLICA DE 1 DE FEVEREIRO DE 2024**
- 3 - PROPOSTA N.º. 92 /24 - DHM - ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE OEIRAS - APROVAÇÃO DA 2ª. ALTERAÇÃO**
- 4 - DECLARAÇÃO DE VOTO**
- 5 - ENCERRAMENTO DA REUNIÃO**



Câmara Municipal
de Oeiras

-----ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 14 DE FEVEREIRO DE 2024-----

-----ATA NÚMERO CINCO/DOIS MIL E VINTE E QUATRO -----

----- Aos catorze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro, nesta Vila de Oeiras, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu extraordinariamente e devidamente convocada para o efeito a Câmara Municipal de Oeiras, sob a Presidência do Senhor Presidente Doutor Isaltino Afonso Morais, estando presentes os Senhores Vice-Presidente Doutor Emanuel Francisco dos Santos Rocha de Abreu Gonçalves e Vereadores Doutora Joana Micaela Salvador Baptista, Doutora Ana Filipa Laborinho da Fonseca, Doutor Armando Agria Cardoso Soares, Doutora Teresa Alexandra de Matos Santos Simões Vaz de Bacelar, Doutora Susana Isabel Costa Duarte, Doutor Nuno Ricardo Ribeiro de Almeida Neto, Arquiteto Duarte D'Araújo Jorge Cardoso da Mata e Doutora Carla Cristina Teixeira Rocha. -----

----- Faltou o Senhor Vereador Professor Doutor Pedro Manuel Freire Patacho, tendo a Câmara considerado justificada a respetiva falta. -----

1 - ABERTURA E ORDEM DE TRABALHOS: -----

----- Às quinze horas e vinte e cinco minutos, o **Senhor Presidente** declarou aberta a reunião e submeteu à votação a respetiva ordem de trabalhos que foi aprovada, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Duarte da Mata. -----

2 - PROPOSTA N.º. 91/24 - DOT - PLANO DE PORMENOR NORTE DE CAXIAS - ADITAMENTO ÀS PD N.º. 52/2024 E PD N.º. 53/2024 APROVADAS NA REUNIÃO DE CÂMARA EXTRAORDINÁRIA PÚBLICA DE 1 DE FEVEREIRO DE 2024: -----

----- I - O arquiteto **Baptista Fernandes** referiu o seguinte: -----

----- “Na sequência da reunião pública anterior onde estas propostas foram apresentadas, foi suscitado pela Senhora Vereadora Carla Castelo algumas dúvidas, relativamente à forma

como os processos estavam a ser submetidos à Câmara e que justificou, e para que não subsistam dúvidas, nós voltámos a refazer as propostas, se bem que entendêssemos que os conteúdos estavam todos carregados, conviria submeter novamente numa reunião também pública as propostas direitinhas, porque também havia um erro, mas aquilo que era suposto estar omitido nas propostas, está de facto carregado, aliás, o único membro deste Executivo que levantou a questão foi a Vereadora Carla Castelo, porque todos os outros Vereadores tiveram acesso ao relatório que era, presumidamente, oculto.-----

-----A arquiteta Vera Freire, através da própria aplicação do Salão Nobre Digital vai demonstrar que a peça estava lá e vai explicar detalhadamente as razões que podem ter estado na base da dúvida. -----

-----Todavia, depois da arquiteta Vera Freire fazer a apresentação, eu quero fazer uma declaração.”-----

-----A **arquiteta Vera Freire** começou por dizer o seguinte: -----

-----“O exercício que quero fazer, é visitar as propostas de deliberação que foram votadas na reunião pública extraordinária do dia um de fevereiro, dado que foi feita nessa reunião uma acusação que considerámos bastante grave.-----

-----Vamos então visitar o Salão Nobre Digital, que é aquilo que todos os Senhores Vereadores têm acesso. -----

-----A proposta número cinquenta e dois foi a proposta relativa ao Relatório de Ponderação da Discussão Pública do Plano de Pormenor Norte de Caxias, onde fomos deliberadamente acusados de termos ocultado um parecer da CCDR.-----

-----Queria que vissem aqui no anexo cinco desta proposta de deliberação, este anexo é onde está a cópia de todas as participações que recebemos em sede de discussão pública e, como se verá aqui, está a participação que recebemos também da CCDR.-----

-----O que nesta proposta de deliberação estava carregado de forma incompleta era o



Câmara Municipal
de Oeiras

relatório de ponderação.-----

----- Na mesma reunião de Câmara os Senhores Vereadores tiveram que ter conhecimento integral do conteúdo das propostas que iam votar, era vossa obrigação terem consultado todos os documentos.-----

----- O relatório que estava de forma incompleta carregado na proposta cinquenta e dois, estava carregado de forma completa na proposta cinquenta e três, que está aqui.-----

----- A proposta de deliberação cinquenta e três, no final tinha um “link” de acesso à informação por ser documentação muito extensa.-----

----- No “link” que acompanha a proposta cinquenta e três, está cá o anexo da proposta cinquenta e três, dossier do plano, o volume dois, peças escritas e está cá o anexo catorze que tem a versão integral do relatório, está o quadro onde fazemos a listagem e tudo o que foi recebido, bem como o número nove relativo à participação da CCDR, mais abaixo, está o quadro das respostas da ponderação das participações onde temos a resposta à participação da CCDR que é a número nove e mais abaixo voltamos a ter outra vez as cópias das participações recebidas neste anexo onde também consta a participação da CCDR.-----

----- Nas peças escritas do volume dois está lá o relatório de ponderação da fase de discussão pública do Plano de Pormenor do Norte de Caxias, até porque esse documento constitui o elemento instrutório obrigatório previsto no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial e, portanto, todos os Vereadores conheciam a versão completa deste relatório.-

----- Vou passar a fazer uma clarificação que considero ser importante e que diz respeito à proposta de deliberação número cinquenta e dois, de dois mil e vinte e quatro, votada na reunião pública extraordinária do dia um de fevereiro - Plano de Pormenor Norte de Caxias - Discussão pública - Relatório de ponderação, onde foi referida uma omissão a um parecer da CCDR-LVT. -

----- Importa clarificar a diferença entre o momento da discussão pública a que se refere essa proposta de deliberação, esse momento está previsto no artigo octogésimo nono, do Regime

Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial e que é destinado à participação do público em geral do momento da emissão de pareceres de entidades, ou seja, a conferência de serviços. -----

-----A discussão pública é destinada a todos os interessados que queiram fazer observações ou sugestões à proposta do plano, que é muito diferente do momento destinado à conferência de serviços, exclusivamente destinado à emissão de pareceres formais por parte das entidades externas, sendo que esse momento de emissão formal de pareceres já aconteceu em vinte e dois de outubro de dois mil e vinte. -----

-----Apesar, do momento da discussão pública não ser destinado à emissão de pareceres por parte de entidades externas, estas não estão impedidas de participar, sendo essa participação de igual valor a qualquer outra participação recebida.” -----

-----O **arquiteto Baptista Fernandes** mencionou o seguinte: -----

-----“Eu queria que ficasse lavrado em ata aquilo que eu vou dizer:-----

-----Eu pedi para intervir, não só em nome individual, mas sobretudo, em defesa do coletivo de colaboradores do Departamento, particularmente e, neste caso, aqueles que integram a Divisão do Ordenamento do Território, todos os que estavam disponíveis estão aqui presentes.-- -----

-----Como se recordarão a Senhora Vereadora Carla Castelo, no âmbito dos trabalhos da passada reunião do Executivo de um de fevereiro, onde foram votadas as propostas cinquenta e dois e cinquenta e três e agora visitadas nesta reunião insinuou que teria sido ocultada informação relevante aquando da submissão da proposta de deliberação. -----

-----A mesma insinuação, recorro, no mesmo dia e em momento prévio foi publicada no Expresso a propósito do mesmo assunto. -----

-----Não querendo brincar ou distorcer o significado das palavras, a ocultação ou sonegação voluntária, neste caso, de conteúdos importantes para a ponderação do relatório sobre as participações públicas formais do procedimento final de aprovação de um plano de pormenor



Câmara Municipal
de Oeiras

é grave, como é grave a acusação que foi feita aos elementos do corpo técnico do Departamento e é tão mais grave quando não corresponde à realidade. -----

----- O que aconteceu, não foi mais como vimos na apresentação da Chefe da Divisão de Ordenamento do Território um erro de carregamento de anexos na proposta número cinquenta e dois. -----

----- Numa versão ainda de trabalho e incompleta, documento este, contudo, corretamente inserido e atualizado na proposta cinquenta e três, aliás, todos os Senhores Vereadores entenderam o lapso, só a Senhora Vereadora Carla Castelo e o Expresso tiveram entendimento extinto. ----

----- Erros, todos nós temos quando trabalhamos a este nível de complexidade. -----

----- Ora, em cerca de trinta anos de atividade municipal, não me recordo alguma vez de qualquer membro desta Câmara ter insinuado práticas de ocultação dolosa de documentação com o objetivo de sonegar informação.-----

----- Nem eu, nem os meus colaboradores se revêm nestas afirmações, nem podem ficar indiferentes com estas práticas, pois, na verdade, estaríamos na presença de uma prática de um crime. -----

----- Não sendo verdade, estamos em presença de um ato difamatório que, em minha opinião, deveria ser verificado e confirmado.” -----

----- O **Senhor Presidente** referiu o seguinte: -----

----- “Relativamente a estas duas propostas, que são aditamento às anteriores, julgo eu, há alguma questão ou esclarecimento?”-----

----- O **Senhor Vereador Duarte da Mata** frisou o seguinte: -----

----- “Eu considero um pouco estranho que tenhamos de vir aqui fazer retificações de coisas que, segundo é dito estavam claras. -----

----- Foi marcada uma reunião extraordinária pública para fazer retificações de algo de

acordo com o que está aqui a ser transmitido e estava claro, portanto, parece-me isso um pouco contraproducente do nosso tempo estarmos a fazer isso. -----

-----Focava-me, sobretudo, numa questão que eu gostaria de perguntar, é que me parece um pouco do ponto de vista da estrutura do plano, que não se consegue perceber qual é o intuito da participação em fase de consulta pública da CCDR, tendo em conta que a CCDR é uma entidade que participa noutra fase do processo, mas na verdade, essa participação é bastante relevante, porque levanta um conjunto de situações, que segundo a CCDR, se sentem na necessidade de vir transmitir em fase de consulta pública. -----

-----De acordo com o que é referido pela arquiteta Vera Freire e é escrito, essa participação pública não vai ser tratada da mesma forma como foi na fase de concertação, mas vai ser tratada como uma qualquer entidade externa que está no seu direito. -----

-----De qualquer forma, essa entidade levanta aqui um conjunto de situações, que também já o tinha feito no ajuste do PDM, ao novo regime jurídico e que me parece que é relevante do ponto de vista e já que estamos aqui a discutir questões administrativas gostava de perceber qual é o entendimento que a Câmara faz sobre essa participação e se esta participação da CCDR é o último parecer submetido dessa forma que este processo tem, ou se existe um outro parecer com concordância com o processo depois dos vários momentos de concertação e dos pareceres negativos, nomeadamente, ao relatório ambiental e também a outro documento do processo, é o relatório ambiental e o próprio plano de pormenor, gostava de perceber se existe um parecer positivo da CCDR a este processo que não esteja aqui ou se este é o último, é aquele que foi submetido na consulta pública.” -----

-----**A arquiteta Vera Freire** esclareceu:-----

-----“A CCDR participar em sede de discussão pública não é a primeira vez que o faz e tornou-se uma prática dessa entidade, isso é um assunto que terão que conversar com a CCDR, porque só eles é que podem perceber ou esclarecer porque motivo é que sentem necessidade de



Câmara Municipal
de Oeiras

participar na discussão pública, de qualquer forma, antes de submeter-mos a proposta do Plano de Pormenor Norte de Caxias à discussão pública nós enviámos o conteúdo integral daquilo que ia ser submetido à discussão pública à CCDR para conhecimento deles.-----

----- Eles consultaram esse conteúdo e resolveram participar nesse momento. -----

----- De qualquer forma, acho importante relevar os assuntos que foram elencados neste parecer, resumidamente tem a ver com a classificação do solo, com a REN e com o ruído e importa ler o que é que está cá escrito, porque se lermos o que cá está escrito, no que diz respeito à classificação do solo, a CCDR diz: “... para efeitos de classificação do solo, o contrato de urbanização que apresentaram confirma a classificação do solo como urbano...”, portanto, eles vêm dizer estejam tranquilos, porque aquilo que vocês apresentaram para nós é suficiente. -----

----- Em relação à Reserva Ecológica Nacional, eles escrevem outra vez o mesmo que nós já tínhamos escrito na concertação, que consideram que tem de ser feita uma correção da delimitação da tipologia de escarpas e outras áreas de elevada suscetibilidade geológica, vêm lembrar-nos que, também temos que corrigir isto para o Município, porque de facto havia um lapso na nossa REN publicada em dois mil e dezasseis. -----

----- Eles vêm lembrar-nos disso, coisa que nós já sabíamos e que até já temos feito e já tivemos com eles reuniões de trabalho para submeter as duas propostas ao mesmo tempo. -----

----- A outra questão que eles levantam aqui é o ruído. As questões do ruído ficaram na versão final do plano, que é elaborado após a fase da discussão pública e estão completamente sanadas, basta consultar os documentos do plano e vai-se constatar que tanto os edifícios que estavam na zona mais suscetível ao ruído emitido pela A Cinco, são de serviços, logo, não são usos sensíveis para o Regulamento Geral do Ruído como as pequeníssimas áreas de espaços de recreio e de lazer que eram afetadas por uma pequeníssima faixa de ruído gerada pelo anel de circulação do plano, que foram desclassificadas dessa zona de recreio e de lazer e passaram a ser zona de proteção e infraestruturas, logo, não há qualquer tipo de incompatibilidade, ou seja, acho

que vale a pena ler todas as linhas que estão aqui nesta participação da CCDR para confirmar que a proposta final do plano respeita integralmente aquilo que a CCDR nos disse e, mais, acho que a Constituição Portuguesa confere ao Estado as competências do ordenamento do território, por sua vez, o Estado conferiu essas competências aos Municípios.-----

-----O próprio Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial diz que é competência do Município elaborar a versão final do plano e submeter à aprovação da Assembleia Municipal, o que quer dizer que as nossas competências são nossas desde que seja salvaguardada a lei, não é a CCDR que diz ou qualquer outra entidade nos seus pareceres que nós estamos impedidos de aprovar um plano, nós temos de o fazer desde que seja salvaguardada a lei, nesse aspeto não há qualquer dúvida.”-----

-----O **arquiteto Baptista Fernandes** aludiu o seguinte: -----

-----“Eu queria ainda recordar uma observação lateral que a Vereadora Carla Castelo fez relativamente à intervenção do Vereador Duarte da Mata, que tem a ver com a adequação do PDM. -----

-----Eu não tinha conhecimento, mas ela disse aqui que a esse propósito tinha feito uma participação ao IGAMAOT - Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território se a Câmara tinha cumprido a legislação.-----

-----Eu recorro, que a CCDR e sem prejuízo daquilo que a arquiteta Vera Freire acabou de dizer, que em caso de a CCDR notar alguma deficiência na instrução do processo, alguma violação grosseira de uma qualquer disposição associada diretamente ao plano anexo, no âmbito da própria concertação, é seu dever fazer participação ao Ministério Público, dando conta de que determinado instrumento está a ser desenvolvido com competências da Câmara, pode ter uma visão com a qual eles não concordam ou que está ferido de alguma maneira e deve fazê-lo. -----

-----Eu, por acaso fiquei descansado, se a Vereadora fez a participação ao IGAMAOT, ficámos descansados, se houver alguma coisa o IGAMAOT fará a sua inspeção e verificará o que



Câmara Municipal
de Oeiras

é que estamos a fazer de mal.” -----

----- O **Senhor Presidente** perguntou: -----

----- “E estas duas deliberações são para quê?” -----

----- Retorquindo a **arquiteta Vera Freire**: -----

----- “Uma deliberação que é esta, a que estamos a votar é um aditamento à proposta cinquenta e dois que nós pedimos para se juntar à cinquenta e três e enviar à Assembleia Municipal.” -----

----- Volvendo o **Senhor Presidente**: -----

----- “Esta proposta é para clarificar uma situação que, por acaso, não tinha sido suscitada sequer na última reunião, julgo que é um problema que vocês detetaram.” -----

----- Atalhando a **arquiteta Vera Freire**:-----

----- “Esta proposta de deliberação veio no seguimento da acusação que foi feita em relação à omissão de um parecer da CCDDR, não foi esse o ponto que nos leva a fazer esta clarificação, mas sim para fazer a correção do anexo que estava mal carregado, que era o do relatório, porque o relatório é aprovado no momento prévio ao envio da proposta do plano para a Assembleia Municipal. -----

----- Para que não restem quaisquer dúvidas, nem subsista qualquer mácula no procedimento administrativo que leva à aprovação do Plano de Pormenor Norte de Caxias, os Serviços acharam por bem clarificar e retificar esse anexo, para quando chegar à Assembleia Municipal não se coloquem quaisquer questões administrativas.” -----

----- A **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho** referiu:-----

----- “Eu queria agradecer aos Serviços por terem vindo aqui fazer esta clarificação, que acho que é bom para todos nós, especialmente para aqueles que, efetivamente, votaram a favor deste plano de pormenor, porque tudo aquilo que aconteceu, especialmente na comunicação social, foi desagradável, eu penso que a única notícia que saiu em relação a este plano foi feita

com base em informação e que a jornalista procurou a informação junto dos Serviços e dos Vereadores, foi a notícia que saiu no Jornal Público, eu fui contactada por este jornal e prestei esclarecimentos que devia ter dado.-----

-----Em relação ao Expresso, não tenho nota nem que os Serviços tenham sido contactados, nem os restantes Vereadores.-----

-----Acho que toda esta situação acaba por ser desagradável para toda a gente e em especial para os Serviços e queria manifestar aqui a minha total solidariedade convosco, até porque da minha parte e daquilo que é a minha experiência, toda a informação que eu preciso vocês têm estado sempre disponíveis para dar, para informar, para dar todos os esclarecimentos extra que eu sinto necessidade para poder formar as minhas opiniões ou a minha votação.-----

-----Estou absolutamente solidária convosco e também vos agradeço, até fui eu que despoletei, numa primeira reunião, toda esta situação, porque não encontrava os documentos que depois vocês me disseram que estavam na outra proposta e nós fomos verificar, portanto, só tenho que vos agradecer por todos estes esclarecimentos.”-----

-----A **Senhora Vereadora Susana Duarte** disse o seguinte:-----

-----“Gostaria de agradecer aos Serviços e dar nota que o PSD na última reunião fez referência disso, para nós estava claro, não estava num anexo, estava noutra, ficou na ata a nossa explicação, não foi tão exaustiva, agradeço a explicação exaustiva dos Serviços, mas concordo numa coisa com o Vereador Duarte da Mata, acho que não era necessário, pelo menos, eu quando analisei, fi-lo num todo e falámos disso. -----

-----O PSD costuma analisar este tipo de projetos com base nas várias informações das várias propostas, porque eles não são atos isolados, nem podem ser administrativamente. -----

-----Dar aqui outra nota, de facto, não fui contactada, o PSD não foi contactado pelo Expresso, nem sabíamos dessa notícia, se calhar poderíamos ter feito algum esclarecimento, mas no Público enviámos as nossas participações.-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Dizer, que para nós faz todo o sentido que haja uma estreita ligação com os Serviços, enquanto Vereadores eleitos por outras forças políticas, pelo menos da minha experiência durante estes dois anos e estão aqui vários Serviços que até podem corroborar o que lhe vou dizer, sempre que liguei, até fora de horas, atenderam-me, enviaram-me as propostas, os anexos que fossem precisos, outras informações que não nos seriam necessárias, mas que para a nossa decisão faziam sentido, explicações até às próprias propostas, porque muitas vezes não estamos dentro dos assuntos na mesma profundidade de quem assina a proposta e isto tem sido sempre feito por parte dos Serviços, pelo menos, a minha experiência é essa e, muitas vezes, até quando não temos tempo de ver as propostas ou de as analisar, o Senhor Presidente também tem feito aqui sempre menção que podemos passar para uma reunião seguinte e analisar e discutir.-----

----- Da nossa parte, compreendemos que tenham sentido essa necessidade, mas nós não sentimos que essa fosse necessária.” -----

----- O **Senhor Vereador Duarte da Mata** frisou: -----

----- “Continuo a não perceber a razão de estarmos aqui para clarificar aquilo que, pelos vistos, estava clarificado. -----

----- Não consigo perceber que se marque uma reunião extraordinária para discutir isto. ---

----- Da minha parte vou entregar uma declaração de voto sobre o essencial daquilo que nós entendemos ser o nosso voto contra do plano, porque esta proposta não altera grande coisa daquilo que nós falámos.” -----

----- O **Senhor Vereador Nuno Neto** disse o seguinte: -----

----- “As intervenções da Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho e da Senhora Vereadora Susana Duarte, revelam aquilo que é a forma de estar na política, ou seja, estão aqui e integram o Executivo com a perspetiva de trabalhar para os cidadãos. -----

----- Eu já tive esta intervenção a propósito de outro tema na última reunião de Câmara. Não é essa perspetiva de toda a gente e não é essa a perspetiva de quem constrói uma notícia

durante uma reunião de Câmara ou faz declarações antes da reunião de Câmara, portanto, acreditando Senhora Vereadora Susana Duarte, que todos os Serviços colaboram, porque da experiência que eu tenho ao longo de muitos anos na Câmara sempre foi assim, todos os Serviços colaboram com todos os decisores e prestam toda a informação necessária para a boa decisão. Problema é quando não se quer ouvir a informação ou quando já se tomou uma decisão antes de a informação ser pedida ou sequer ter chegado e, portanto, há que entender é que a perspetiva como olhamos para os temas, é diferente e penso que é isso que estamos aqui a fazer.-----

-----Eu espero que com este esclarecimento se consiga mais do que um esclarecimento, se consiga perceber que a postura de permanentemente acusar os Serviços, a postura de permanentemente se pensar que toda a gente está aqui de mal com a vida, não é verdadeira e não é profícua.- -----

-----Eu conheço a arquiteta Vera Freire há muitos anos e nunca a tinha visto tão descontrolada, tão nervosa. A postura dos Serviços é de quem está bem na vida, de quem é sério e de quem está na função pública com uma missão de serviço público e, portanto, da minha parte, eu quero dizer que confiarei sempre no futuro como confiei no passado, na postura dos Serviços da Câmara Municipal de Oeiras, na sua competência e no seu rigor técnico e isso devo-vos agradecer.” -----

-----O **Senhor Vice-Presidente**, referiu o seguinte:-----

-----“Se me permitem, quero dizer um pouco mais do que foi dito até agora. Perante uma suposta incongruência na anexação de documentos de uma reunião de Executivo Municipal de uma Câmara Municipal, se produz uma notícia falsa em órgãos de comunicação social, naturalmente que temos que entender, o corpo de técnicos e dos dirigentes do urbanismo do Município de Oeiras, têm que se sentir ofendidos na sua honra e na sua dignidade. A questão não é de hoje, a questão é recorrente e se os titulares de cargo público já estão habituados a que seja levantado sobre eles um manto de suspensão permanente, sobre a sua decência e a sua



Câmara Municipal
de Oeiras

honorabilidade, estar permanentemente a pôr em causa a decência e a honorabilidade dos quadros técnicos e da tecnoestrutura dirigente do Município, é, perdoem-me uma abjeção. -----

----- Eu disse na última reunião de Câmara e volto a dizer. Há um lado muito importante nisto que é todos sabermos com o que contamos, quer nós que estamos do lado do exercício de cargos públicos políticos, quer os senhores dirigentes da Câmara Municipal de Oeiras e os técnicos da Câmara Municipal de Oeiras, que percebam o que podem contar. Podem contar com o que aconteceu. -----

----- Dizer também que, quando se levanta a suspeição sobre terceiros, que é a nossa filha, só é séria até o vizinho da frente pôr em causa sobre honorabilidade, quando um vizinho da frente diz que a nossa filha não é séria, para fora o que vão dizer é que certamente que ele sabe por que mora em frente. Quando um Vereador bolsa notícias, ainda que falsas, sobre a conduta dos ou dos outros membros do Executivo Municipal e dos corpos dirigentes do Município, certamente que esse Vereador tem informação privilegiada e não está a fazer mais do que dar essa informação, o que nós assistimos aqui nas últimas semanas, é isso mesmo, é o questionamento da honorabilidade e da decência de cada um dos dirigentes e dos técnicos envolvidos nesta matéria. -----

----- Para terminar, quero dizer-vos também, sem fazer nenhum juízo de valor, recordar apenas as extraordinárias palavras de Freud: “Quando o Pedro me fala de Paulo, sei mais de Pedro do que de Paulo”, quando alguém questiona a nossa honorabilidade está apenas a julgar-nos pela sua bitola.” -----

----- A **Senhora Vereadora Joana Baptista** disse o seguinte:-----

----- “Não posso deixar de recordar que há sete anos atrás, antes de estar aqui como Vereadora, também fui técnica e dirigente desta casa e assisti a muitas reuniões de Câmara, portanto, durante vinte anos, assisti a muitas reuniões de Câmara e à muita controvérsia política e muito contraditório, mas contraditório saudável e era bom a discussão que eu testemunhava aí

desse lado no que respeita ao debate político entre Vereadores com o Senhor Presidente. -----

-----Sinto menos prazer hoje em dia, porque é um contraditório menos saudável e que coloca todos os dias, todas as semanas sempre que há reuniões de Câmara, a honra dos técnicos e dos dirigentes desta casa em causa e é lamentável que, para se atingir o Senhor Presidente, se atinjam os técnicos, porque na realidade o ataque é direto, o ataque é político entre a Vereadora Carla Castelo contra o Senhor Presidente. -----

-----Instrumentaliza quem?-----

-----A Câmara Municipal, os técnicos e os dirigentes, que fazem o melhor que podem do ponto de vista técnico. Na realidade o Plano de Pormenor do Norte Caxias faz parte de um conjunto de instrumentos de planeamento que foi sempre o nosso ADN, reparem há quarenta anos que o ADN desta casa é o corpo de planeamento, a forma como ordenámos, como planeamos o nosso território e que faz aquilo que somos hoje em dia, a segunda economia do País. -----

-----Isso é contestável?-----

-----É um facto sermos a segunda economia do País que fazem aquilo que somos hoje em dia um contributo incontestável para o Produto Interno Bruto do nosso País. e vem a Vereadora do Bloco de Esquerda ou do Evoluir, questionar aquilo que é um facto incontestável. -----

-----Depois dizer o seguinte, estava à espera, por acaso, que a Vereadora Carla Castelo estivesse hoje nesta reunião, aliás, é lamentável a sua ausência, porque na realidade foi ela presencialmente que colocou várias questões sobre este plano de pormenor. -----

----- Na última vez, o Vereador Duarte da Mata ficou muito diminuído por eu lhe dizer que era uma marionete, mas Senhor Vereador, politicamente é, de facto, uma marionete, não passa disso e, portanto, é o que é, porque se não fosse uma marionete, estava aqui a Vereadora Carla Castelo a assumir aquilo que disse junto do corpo político, do corpo dirigente e do corpo técnico desta casa e a assumir, olhos nos olhos.-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Se não é, não é, o que é, é.-----

----- Mas não.-----

----- Sabem o que é que se passa?-----

----- Onde é que está a Vereadora Carla Castelo às dezasseis horas?-----

----- A reunião de Câmara de Oeiras não interessa para nada, o que interessa é onde estão os média e onde é que estão os média?-----

----- Os média estão em Algés, na baixa de Algés. Mal ela sabe o que é Algés, mal ela sabe o que é que é a baixa de Algés, o que é que se está a passar em Algés, mas está a falar para câmaras, sabe-se lá o que diz.-----

----- Portanto, no fundo, o que nós temos é um partido aqui representado no Órgão Executivo que anda na senda da luz do palco dos média.-----

----- Mas reparem, isso nada contribuiu para o território, para as pessoas, nada contribuiu para o desenvolvimento e o que nós estamos aqui a discutir é um plano de pormenor que traz investimento para o nosso País, na nossa terra Oeiras/Caxias, que traz riqueza, que é o que nós precisamos, riqueza, para os mais jovens não voarem além Portugal e ficarem sediados no nosso País e em Oeiras.”-----

----- II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e voto contra do Senhor Vereador Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar:-----

----- Um - O aditamento da proposta de deliberação número cinquenta e dois, de dois mil e vinte e quatro, substituindo-se o “Anexo zero seis - Relatório de Ponderação das Participações”, pela versão correta deste (anexo um da presente proposta de deliberação), e que corresponde ao mesmo relatório constante do Anexo catorze, das Peças Escritas, Volume segundo da proposta do PPNC da proposta de deliberação número cinquenta e três, de dois mil e

vinte e quatro, votada em um de fevereiro; -----

-----Dois - O aditamento à proposta de deliberação número cinquenta e três, de dois mil e vinte e quatro, votada na reunião de Câmara do dia um de fevereiro, enviando a presente PD e respetivos anexos, sendo eles, o “Relatório de Ponderação das Participações recebidas em sede de discussão pública do Plano de Pormenor Norte de Caxias” (Anexo um) e o “Parecer Síntese da CCDD-LVT”, emitido em vinte e dois de outubro de dois mil e vinte (Anexo dois a) onde se faz a síntese dos pareceres emitidos pelas entidades externas consultadas no âmbito da elaboração do PPNC na fase de conferência de serviços e respetivo “Relatório de Concertação” (Anexo dois b), à Assembleia Municipal, como aditamento à proposta de deliberação número cinquenta e três, de dois mil e vinte e quatro, votada em um de fevereiro, devendo o seu conteúdo ser considerado por parte da Assembleia Municipal, na apreciação da proposta de deliberação número cinquenta e três, de dois mil e vinte e quatro, votada na reunião de Câmara pública e extraordinária de um de fevereiro de dois mil e vinte e quatro. -----

-----Nos termos do número seis, dos artigos octogésimo nono, centésimo sétimo, número quatro, alínea f), do Decreto-Lei número oitenta, de dois mil e quinze, de catorze de maio. -----

3 - PROPOSTA N.º. 92 /24 - DHM - ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE OEIRAS - APROVAÇÃO DA 2ª. ALTERAÇÃO:-----

-----I - O **Senhor Presidente** disse o seguinte:-----

-----“Somos o único Município no País a fazer habitação pública, em construção, o resto é só conversa, mas nós temos habitação pública no terreno em construção. -----

-----Senhora arquiteta Patrícia Costa diga lá em que consiste esta alteração, porque esta proposta está aprovada por natureza.” -----

-----A **arquiteta Patrícia Costa** argumentou o seguinte: -----

-----“Nós trazemos a aprovação da segunda alteração Estratégia Local de Habitação do Município de Oeiras, cujo documento inicial foi aprovado em reunião de Câmara de maio de



Câmara Municipal
de Oeiras

dois mil e vinte, já teve uma alteração em dois mil e vinte e dois, na altura em que se conheceram as regras do PRR e entendemos alargar tudo o que era reabilitação do parque habitacional à totalidade do parque existente. -----

----- Nessa altura introduzimos na nossa Estratégia Local a possibilidade dos beneficiários diretos, que são os particulares terem acesso também ao financiamento do PRR para efeitos de requalificação das suas casas. -----

----- Neste momento a alteração à Estratégia Local incide em dois pontos específicos: -----

----- - Por um lado, a necessidade de atualizarmos valores. -----

----- Entenda-se que a Estratégia Local de Habitação, para nós, acaba por ser um plano estratégico de atuação, para o IHRU, é um pouco mais do que isso, para o IHRU é o documento através do qual eles cabimentam o valor que está pensado que um determinado Município possa fazer de candidaturas, e nesse sentido entendemos que é importante atualizar todos os valores que já sabemos que vamos candidatar, o que tem sofrido alterações, porque o INE publica periodicamente um índice que tem muito impacto naquilo que são as nossas candidaturas e os nossos valores. -----

----- Em função da maturidade de todos os programas que já estão em curso, quer no âmbito da nova construção, quer no âmbito da requalificação este documento o que faz é atualizar valores para que no momento da candidatura os valores estejam o mais próximo possível. -- -----

----- - Por outro lado em função dos pedidos de habitação e tendo em conta todo o enquadramento da legislação, o Primeiro Direito abriu a possibilidade de um financiamento para a construção de bens futuros e nesse sentido importa também aproveitarmos esta oportunidade para trazermos os particulares a ajudarem naquilo que é a construção de respostas habitacionais, por isso lançámos uma aquisição pública de habitação e importa termos a nossa estratégia local de habitação perfeitamente coincidente com essa intenção e nesta estratégia propomos o aumento

da possibilidade de aquisição de casas. -----

-----Basicamente são estes dois fundamentos que nos levam a fazer esta atualização, porque não é bem uma alteração, porque nós já tínhamos a possibilidade de comprar casas feitas, mas estamos a atualizar o valor, porque nós temos cerca de mil e quinhentos pedidos e nós estamos a construir setecentas e quarenta e seis casas, nós temos um protocolo com o IHRU de construção de mais trezentas e tal e, por isso, precisamos de mais este reforço de respostas a médio prazo.”-----

-----O **Senhor Vereador Nuno Neto** acrescentou o seguinte:-----

-----“A arquiteta Patrícia Costa entrou no detalhe e eu pensei que ela ia simplificar isto em duas afirmações:-----

----- - Temos pessoas diferentes com problemas diferentes e temos que recorrer a todo o tipo de soluções para poder responder às necessidades de cada uma das pessoas. -----

----- - Estamos habituados a trabalhar aproveitando todo o tipo de financiamento exterior e em face dos avisos do PRR que vão sendo publicados estamos a atualizar a Estratégia Local de Habitação permitindo a captação de maior financiamento para ir de encontro às necessidades das pessoas através das soluções que preconizamos.-----

-----Eram estas duas afirmações que resumiam esta alteração à estratégia: -----

----- - alargar a fonte de financiamento;-----

----- - alargar a tipologia das respostas que estamos a oferecer às pessoas.”-----

-----O **Senhor Vereador Duarte da Mata** observou o seguinte:-----

-----“Nós vamos aprovar esta proposta, revemo-nos nestas alterações e nestes ajustes que são feitos, como já tivemos oportunidade de referir nas últimas reuniões, da possibilidade de introdução de aquisição de edificação nova, dentro dos critérios que foram, e bem, propostos e que evidenciámos. -----

-----Tenho uma questão a colocar que tem a ver com o anexo seis, em que surge dentro



Câmara Municipal
de Oeiras

do âmbito do contrato Oeiras-IHRU, na primeira linha do quadro a indicação que estão abrangidos pela componente de reabilitação do programa seiscentos e cinquenta fogos devolutos em bairros municipais, penso que não pode ser, porque se tivéssemos seiscentos e cinquenta fogos devolutos não tínhamos problemas de realojamento, pode dar-me alguma orientação sobre isto?” -----

----- O **Senhor Vereador Nuno Neto** esclareceu o seguinte:-----

----- “Logo no início do IHRU nós tomámos uma decisão muito corajosa, houve Municípios a qualificar fogos como indignos e qualificavam vinte, trinta, cinquenta fogos no máximo porque eram esses que consideravam que poderiam ser objeto de requalificação total. ---

----- Nós entendemos qualificar todos os fogos do parque habitacional do Município de Oeiras com a interpretação possível que isso pudesse ter como indignos e a necessitar de reabilitação, quando se menciona seiscentos e cinquenta, não são fogos devolutos, mas penso que sejam fogos a entrar em requalificação em breve, mas a arquiteta Patrícia Costa explicará melhor isso.” -----

----- A **arquiteta Patrícia Costa** esclareceu o seguinte: -----

----- “Nós chamamos fogos devolutos quando uma família sai daquele fogo, depois nós reabilitamos o fogo e ele é entregue a outra família.-----

----- Reabilitamos uma média de cem fogos por ano. -----

----- A Estratégia Local de Habitação vai de dois mil e vinte a dois mil e vinte e seis, portanto, temos aqui seis anos em que basicamente estamos a falar de seiscentos e cinquenta fogos e a Estratégia Local de Habitação quando é atualizada ela não apaga tudo o que foi para trás, nós temos que manter nos quadros tudo aquilo que já aconteceu, atualizamos os valores corretos do que já aconteceu. -----

----- Por exemplo, há aí um ano, dois mil e vinte e dois que não tem os cem fogos, tem um bocadinho menos, tem a ver com a dinâmica de nós só reabilitarmos o fogo quando a família sai,

ou é despejada, ou porque a família decidiu sair do parque habitacional, e assim, consideramos um fogo devoluto. -----

-----O **Senhor Presidente** salientou o seguinte: -----

-----“Eu não posso deixar de fazer aqui uma declaração sobre esta matéria e começar por dizer que se diz muito em Portugal que não há uma política de habitação. De facto, não há, a nível nacional não há uma política de habitação sustentada, podemos dizer isso. Neste momento, começa a haver, mas em Oeiras sempre houve. Em Oeiras, sempre houve uma política de habitação nunca deixou de haver, aliás, a política de habitação jovem, por exemplo, existiu sempre, mas ouvimos muito dizer que não há políticas de habitação. -----

-----Eu estive a ler os programas eleitorais de todos são vinte partidos que concorrem às próximas eleições e verifiquei que há três partidos, mas é uma tristeza apenas três partidos têm preocupações relativamente à habitação pública embora nos debates eleitorais todos falam de habitação, aliás, nos jornais, na comunicação social, hoje, a habitação é uma constante todos os dias, não há jornal nenhum que não fale todos os dias de habitação, as rendas sobem, as rendas baixam, o preço das casas é cada vez maior, as casas subiram tanto percentualmente. -----

-----Vejam bem como é confrangedor, de todos os partidos que concorrem às próximas eleições apenas três têm preocupações com a habitação pública, que é o PSD, o PS e imaginem o Livre. São os três partidos que têm no seu programa eleitoral a construção de habitação pública, mais nenhum, todos os restantes, sejam de direita, sejam de esquerda, acham que a mão invisível do Adam Smith é que resolve tudo, estamos no século vinte e um e o pobre do Adam Smith é que responde a isto tudo.-----

-----Os privados vão responder a tudo isto, acabam os Vistos Gold, logo as casas baixam, acaba-se com o alojamento local, o preço das casas baixa, porque só se fazem casas de luxo, obviamente que as casas de luxo de um milhão de euros não são para as pessoas que precisam de casa.-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- As casas de luxo são para quem tenha dinheiro para pagar e não compete aos promotores privados construir casas para as pessoas que não têm dinheiro para arrendar, ou para comprar, esse núcleo de famílias que não tem dinheiro para arrendar, nem para pagar, só tem uma solução, a habitação pública, aliás, é a solução em toda a Europa, nós só temos que olhar para o que acontece passando a fronteira de Espanha.-----

----- Nós temos dois por cento de habitação pública em Portugal, Espanha já está com nove por cento e depois passando por França, por aí fora, vai até aos quarenta e cinco por cento, Áustria ultrapassa isso, portanto, esta é a realidade, países ricos como os países nórdicos têm quarenta e cinco por cento de habitação pública, Portugal tem dois por cento, mas, curiosamente, Portugal tem sessenta e cinco por cento de proprietários.-----

----- Ora bem, esses sessenta e cinco por cento de proprietários, na verdade não são proprietários, vivem trinta/quarenta anos a pagar a amortização ao bando, aos fundos, etc., são escravos da banca. -----

----- Não é preciso inventar nada, a habitação pública é determinante para que as famílias da baixa classe média, as famílias mais carenciadas tenham acesso a uma habitação condigna.----

----- Há que reconhecer que o último Governo do doutor António Costa lançou um programa de habitação pública. -----

----- O último tinha sido do Professor Cavaco Silva nos anos noventa e três, o PER, agora PRR, o nome é parecido, o Plano Especial de Realojamento e agora o Plano de Recuperação e Resiliência, onde está prevista uma verba na ordem dos quatro mil milhões de euros destinada à construção de habitação pública. Mas é óbvio que tendo Portugal apenas dois por cento de habitação pública, eu lembro que Oeiras já tem cinco por cento do nosso parque habitacional. O objetivo do Município de Oeiras é chegar aos dez por cento, quando chegarmos aos dez por cento, nós só precisamos de construir o dobro daquilo que estamos a fazer, portanto, nós temos neste momento em construção ou em preparação mil e quinhentas casas, é o programa mais

ambicioso de Portugal. Já não estou a falar de habitação jovem, porque aí somos os únicos, não há mais nenhum Município que tenha habitação jovem, e lembro que a habitação jovem é financiada, exclusivamente, pelo orçamento da Câmara Municipal.-----

-----Mas a habitação pública, nós temos, neste momento, contratualizadas cerca de setecentas mil casas que se destinarão a habitação de renda apoiada , mas considerando o rendimento das famílias uma parte significativa, nós podemos ter já a renda acessível e depois há os ditos setecentos fogos, a arquiteta Patrícia Costa falou em trezentos, mas na realidade são setecentos, porque trezentos e cinquenta, cinquenta por cento serão destinados, exclusivamente, a famílias de Oeiras e as outras trezentas e cinquenta são para famílias de Oeiras e famílias eventualmente fora do Concelho ou seja da Área Metropolitana de Lisboa. É uma exigência da Câmara Municipal que cinquenta por cento dessas casas sejam destinadas a famílias de Oeiras, o que quer dizer que, no nosso território vão nascer mais mil e quinhentas casas. Cerca de trezentas delas serão destinadas a famílias muito carenciadas, o que quer dizer que nós vamos ter a possibilidade de disponibilizar casas a famílias com um rendimento, per capita, que andarà muito próximo dos mil e oitocentos euros. -----

-----Façam as contas, se um casal tiver quatro mil euros de rendimento por mês e tiver um filho já tem acesso a estas casas.-----

-----Isto mostra bem como nós vamos conseguir responder a necessidades da classe média.-----

-----Na verdade, por que é que estamos nesta situação? -----

-----Nós não estivemos à espera do PRR, porque quando veio o PRR já a Câmara Municipal de Oeiras tinha vários projetos em curso, que atirava exatamente para as setecentas e tal casas e surgiu depois a possibilidade de mais setecentas casas na Estação Rádio Naval, aliás, recomendo a todos que visitem a exposição que está na Estação Rádio Naval até ao dia trinta de abril, são trinta e cinco anos de habitação, em que as pessoas podem verificar o que é que foi o



Câmara Municipal
de Oeiras

percurso de construção de habitação neste Concelho e qual é o futuro.-----

----- Se nós conseguirmos neste momento ter no terreno a construção de casas, que este ano já vamos começar a entregar às famílias, significa que estávamos preparados quando surgiu o PRR, portanto, tínhamos projetos em curso. -----

----- Ouço as coisas mais mirabolantes nas televisões, mas ao que sei, construção de habitação pública, não é a compra, nós também estamos a aprovar a possibilidade de alteração da Estratégia de Habitação para comprarmos no mercado casas que estejam à venda, mas construção, acelerada como estamos a fazer, não há nenhum Município em Portugal que o esteja a fazer. ---- -----

----- Isto é motivo para nos orgulharmos e, sobretudo, para expressarmos aqui as nossas felicitações ao Departamento de Habitação, que está a fazer um esforço extraordinário de revitalização do Departamento. -----

----- Já não falo das casas para professores, dentro de dias vamos entregar dez casas a operários da Câmara, vamos entregar dezassete casas a professores. Os funcionários da Câmara vão pagar cem euros de renda por mês, os professores pagam cento e cinquenta euros, portanto, são dezassete que se vão juntar mais trinta e tal. -----

----- É, fundamental que nas próximas eleições e eu tenho pena que os partidos não se definam bem. O líder do PS já disse que vai fazer mais habitação pública, que é preciso habitação pública. O líder do PSD também já disse que é preciso mais habitação pública, mas aquele que vai mais longe, curiosamente, é o líder do Livre, vejam bem, nunca pensei dizer, isto, porque o líder do Livre identifica-se perfeitamente connosco, no que diz respeito à habitação, no resto não temos nada a ver com ele, mas no que diz respeito à habitação, ele diz que gostaria de chegar aos dez por cento de habitação pública. -----

----- Dez por cento de habitação pública resolvia o problema da habitação em Portugal. ---

----- Se nós tivéssemos dez por cento de habitação pública, considerando aquilo que foi

negativo ao longo dos anos em que os portugueses foram obrigados a comprar casa, porque não havia casas no mercado de arrendamento, toda a gente sabe isso, nos anos noventa e por aí fora, a facilidade de crédito, aliás, nós tínhamos famílias que viviam em casas de habitação pública e que vinham à Câmara dizer que queriam comprar a casa e a Câmara vendeu muitas casas dessas, porque a dada altura a amortização que pagavam, por exemplo, famílias que pagavam trezentos e cinquenta euros de renda, se comprassem a casa a Caixa Geral de Depósitos facilitava-lhes o empréstimo e em vez de pagarem trezentos euros, passavam a pagar duzentos e cinquenta euros e ao fim de trinta anos sabiam que a casa era deles e isto agradava às famílias.-----

-----Sabendo nós que há muita gente que o risco que correm é perder as casas por via do aumento do crédito bancário, da taxa de juros e por aí fora, mas é indiscutível que dez por cento de oferta de habitação pública resolve o problema da habitação em Portugal, porque tudo o resto é mentira. Todos os partidos políticos, sejam os da extrema-esquerda que dizem que a questão se resolve recuperando os prédios degradados nos centros históricos, é um paliativo, não é nada, ou que se resolve pela ocupação de prédios devolutos, ou os da extrema-direita que dizem para se acabar com isto e com aquilo, que os privados vão fazer tudo, como se os privados fizessem ação social.-----

-----Não é aos promotores privados que compete resolver o problema da carência de casas, eles fazem casas para os ricos comprar, mas atenção, Oeiras já demonstrou que é possível haver várias modalidades, renda apoiada, renda acessível, habitação jovem, casas para professores, casas para polícias, mas também pode haver a modalidade de venda de casas para famílias que tenham alguma capacidade de aquisição, mas para isso é necessário que os Municípios coloquem à disposição dos produtores terrenos a preços acessíveis.-----

-----É fácil resolver o problema.-----

-----Como é que se colocam terrenos a preços acessíveis?-----

-----Não é a mil ou mil e quinhentos euros, o metro quadrado.-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Achei muito interessante ontem ou anteontem num debate televisivo não sei se foi com o André Ventura, a Mariana Mortágua dizer que a Lei dos Solos era da autoria do PSD e ela tem toda a razão. Foi o PSD num momento infeliz que aprovou aquela lei, mas, na realidade a Lei dos Solos, se for alterada, parcialmente já foi, se o Governo tiver coragem de disponibilizar terrenos rústicos e se desafetar da Reserva Agrícola Nacional os terrenos necessários, exclusivamente, eu refiro isto sempre, porque põem na minha boca coisas que eu não digo, exclusivamente, para habitação pública, que não pode ser alienada nos próximos cinquenta anos, é uma forma de contribuir para que famílias da classe média possam comprar casas a preços acessíveis e para que possa arrefecer toda esta especulação imobiliária. -----

----- A mão de obra, tanto custa em Bragança como em Lisboa. Os materiais de construção, tanto custam em Bragança, como em Lisboa, portanto, por que razão é que as casas em Oeiras, Lisboa e Cascais custam o dobro ou o triplo dos Concelhos à volta na margem sul e Amadora? -----

----- Pela escassez dos terrenos. -----

----- Uma coisa é construir casas em que o metro quadrado de construção custou duzentos euros, outra coisa é construir casas em que o metro quadrado do terreno, potencial, custa mil a mil e quinhentos euros.-----

----- Portanto, é possível realmente resolver o problema da habitação em Portugal. -----

----- Muita gente diz que o problema da habitação é em toda a Europa. É verdade, mas é pior em Portugal. É um dos grandes problemas e não é por acaso que está na agenda do dia e que na discussão dos partidos políticos, nos debates da televisão, se fala todos os dias nisso. -----

----- Na verdade, quando o Governo tem uma política de habitação e foi o caso agora com o PRR, o Município de Oeiras já absorveu quase doze por cento do PRR habitação, o que quer dizer que se houvesse quinze ou vinte Municípios como Oeiras estava esgotado o PRR habitação.

----- Será lamentável se chegarmos daqui a quatro ou cinco anos e metade do PRR

habitação não tiver sido utilizado.-----

-----Não há política de habitação sem os Municípios.-----

-----E é interessante, estejam atentos, que nestes debates partidários, raramente se fala dos Municípios. São poucos os líderes partidários que falam dos Municípios como os agentes fundamentais para resolver o problema da habitação em Portugal. Sem os Municípios não será possível. Aliás, eu devo dizer a face mais visível da habitação pública em Portugal é o nosso Concelho. - -----

-----Está à vista, já estamos em construção no Alto da Montanha, estamos em construção em Linda-a-Velha, nos Aciprestes, na Junça, vamos ter em breve em Carnaxide, em Porto Salvo, no Deserto e também estamos disponíveis, porque não somos tolos e esta alteração à Estratégia de Habitação de compra de habitação no mercado, naturalmente que não é a melhor solução, porque vamos comprar mais caro do que construímos, mas se o horizonte temporal que temos é até dois mil e vinte e cinco ou dois mil e vinte e seis, então vamos aproveitar. -----

-----Parabéns aos Serviços por esta alteração à Estratégia.”-----

-----II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Nuno Neto**, aprovar a segunda alteração à Estratégia Local de Habitação, contratualizada com o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, Instituto Público, no âmbito do Programa de Apoio ao Acesso à Habitação - Primeiro Direito. -----

-----O envio destes documentos à Assembleia Municipal para aprovação. -----

-----Nos termos do Decreto-Lei número duzentos e oitenta e um, de dois mil e vinte e um, de três de dezembro.-----

-----Portaria número sessenta e cinco, de dois mil e dezanove, de dezanove de fevereiro. -



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Alínea h), do número um, do artigo vigésimo quinto, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

----- Decreto-Lei número trinta e sete, de dois mil e dezoito, de quatro de junho.-----

4 - DECLARAÇÃO DE VOTO:-----

----- O Senhor Vereador Duarte da Mata enviou por email, no final da discussão da ordem de trabalhos, a seguinte declaração de voto:-----

----- “**PD 91/2024 - DOT - Plano de Pormenor Norte de Caxias - Aditamento às PD nº. 52/2024 e PD nº. 53/2024 aprovadas na reunião de Câmara extraordinária pública de 1 de fevereiro de 2024 - PD 91/2024** - Voto contra. Mantém-se o sentido de voto das PDs cinquenta e dois, de dois mil e vinte e quatro e cinquenta e três, de dois mil e vinte e quatro. Não merecem aprovação nem o relatório de ponderação das participações na discussão pública do Plano de Pormenor Norte de Caxias nem o próprio plano.-----

----- Esta proposta noventa e um, de dois mil e vinte e quatro, refere a esse propósito que “A presente proposta de deliberação constitui um aditamento às propostas de deliberação de Câmara número cinquenta e dois, de dois mil e vinte e quatro e número cinquenta e três, de dois mil e vinte e quatro, com o propósito de clarificar de forma inequívoca o conteúdo destas, por forma a sanar quaisquer dúvidas ou falhas administrativas, referentes à correta tramitação e aprovação do procedimento de elaboração do Plano de Pormenor Norte de Caxias”, evidenciando a necessidade que o Executivo tem de trazer a esta Câmara uma proposta de deliberação que provam a pertinência das questões levantadas na reunião anterior e do sentido do seu voto contra, tanto na proposta de aprovação do relatório de ponderação das participações na discussão pública como do Plano de Pormenor Norte de Caxias.-----

----- É relevante para compreender o sentido de voto contra que esta proposta de deliberação suscita, mais uma vez, uma questão de fundo na tramitação de Instrumentos de Gestão Territorial, no facto da CCDR não ter emitido um parecer favorável claro e na opção da

sua participação na fase de consulta pública. De acordo com a análise de toda a documentação, todos os documentos que estão disponíveis transmitem primeiro uma posição parcialmente desfavorável e depois questões sucessivas não havendo nenhum documento, nenhum parecer da CCDR final para além do que é submetido na fase de participação pública (participação número nove). -----

-----No processo não encontramos um parecer claro que a CCDR-LVT, ou seja, em nosso entender não alterou o seu parecer desfavorável para favorável. -----

-----É pois muito relevante para compreender a PD noventa e um, de dois mil e vinte e quatro o que refere a CCDR-LVT na sua participação: “importa transmitir o resultado da verificação dos elementos disponíveis/públicos relativamente a domínios/matérias legais que se tiveram como centrais e pendentes de ponderação/tratamento pela Câmara Municipal nos desenvolvimentos ocorridos em fase de concertação nos termos do RJIGT.” (...) foi exibida nova versão do regulamento sem apresentação sistematizada do elenco/justificação das alterações introduzidas e sua relação com o parecer desta CCDR. (...) Ainda no quadro da execução do plano e sua articulação com o desenvolvimento e publicação da REN, impõe-se referir que a redação do número dois, do artigo trigésimo segundo não vem ao encontro da reflexão da CCDR-LVT transmitida à CMO nos vários momentos de concertação. (...) A planta de condicionantes do plano tem de assimilar/transpor integralmente a REN, contemplando a delimitação das tipologias aplicáveis e a identificação das exclusões, que resulte do procedimento adequado a validar pela CCDR-LVT. -----

-----Recorde-se a esse propósito a relevância do parecer desfavorável da CCDR-LVT, quer à Avaliação Ambiental (AA), quer ao próprio Plano de Pormenor (PP), sendo que no caso da AA “(...) o RA apresenta estrutura e conteúdo que cumpre na generalidade os requisitos legais e a metodologia de base estratégica adotada, no entanto, o mesmo não transparece os termos em que a AA “influenciou as questões centrais das opções de planeamento feitas, nomeadamente, a



Câmara Municipal
de Oeiras

sustentabilidade global do uso de solo e dos sistemas naturais e urbanos.” No caso do Plano de Pormenor “Parecer desfavorável tendo por base os domínios apreciados no âmbito das competências deste organismo e, em particular, a ausência de enquadramento na Lei de Bases, no RJIGT e no Decreto Regulamentar número quinze, de dois mil e quinze, para que o território classificado no PDM de Oeiras como “solo urbanizável” se assuma como “solo urbano”.-----

5 - ENCERRAMENTO DA REUNIÃO: -----

----- Às dezasseis horas e quarenta minutos, o **Senhor Presidente** declarou encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que vai ser por si assinada e pela Diretora de Departamento de Gestão Organizacional. -----

O Presidente,

(Isaltino Morais)

A Diretora de Departamento,

(Vera Carvalho)